



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 431/2023

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2023

<b>OBJETO</b>	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA 08 – SERVIDORES, SENDO: 02 – DEPTº DE COMPRAS, 01 – LICITAÇÕES, 01 – ALMOXARIFADO, 01 – CONTROLE INTERNO, O SECRETÁRIO GERAL (NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS) E 02 – SERVIDORES DO RECURSOS HUMANOS (ESOCIAL E LEGISLAÇÃO DE PESSOAL NA GESTÃO PÚBLICA)
---------------	---

<b>FUNDAMENTO LEGAL</b>	Artigo 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações
-------------------------	---

<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<u><b>339039-48</b></u> – Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica – Serviço de Seleção e Treinamento
-----------------------------	---



**MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS**  
**CAMARA MUNICIPAL DE JATAI**

**REQUISIÇÃO PRODUTO/SERVIÇO**

**Requisição:** 911 **Situação:** APROVADO  
**Departamento:** 9 - CONTROLE INTERNO **Data Solicitação:** 27/03/2023  
**Usuário Análise:** DULCILENE LOURENCO DE OLIVEIRA FREIRE **Data Análise:** 31/03/2023  
**Observação:** CURSO DE CAPACITAÇÃO - MUDANÇAS COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES 14.133/21

Item	Qtd. Aprovada	Unidade	Vir.Unitário	vlr.Total	Saldo	Produto/Serviço	Observação
1	8,000	UNIDADE	0,0000	0,0000	0,0000	989 - CURSO DE CAPACITAÇÃO	

**TOTAL PRODUTO:** 1

**TOTAL GERAL:** 0,00



# Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Mem. Nº 06/2023

Em 15 de março de 2023

Ao Sr. Abimael Souza Silva

Presidente da Câmara Municipal de Jataí

Assunto: Capacitação de Servidores

Senhor Presidente,

Considerando que é de fundamental importância a prestação dos serviços públicos de forma eficiente e eficaz e considerando as alterações recentes na legislação federal que trata do E-Social e a Nova Lei de Licitações e Contratos, venho através deste, orientar que as equipes responsáveis necessitam de treinamento.

Considerando também que a promoção de cursos para os servidores da Câmara Municipal é medida salutar e de extrema valia para a aprovação das contas anuais de gestão, os quais Legislativo e servidores se tornam diretamente beneficiados com o aprimoramento do conhecimento daqueles que prestam diretamente as atividades e os serviços públicos ao poder legislativo.

Pelo exposto, solicito a V.Sa. autorização para a participação dos servidores interessados em cursos de capacitação.

Atenciosamente,

  
Simone Roveda de Melo

Controladora Interna





0000002023431

**Número do Processo**

**431/2023**

[WWW.JATAI.GO.LEG.BR](http://WWW.JATAI.GO.LEG.BR)

Órgão de Origem

**CAMARA MUNICIPAL DE JATAI**

Departamento de Origem

**PROTOCOLO**

Interessado

**SIMONE ROVEDA DE LIMA DE MELO**

Assunto

**MEMORANDO**

Data/Hora

**31/03/2023 14:56**

Descrição

**Solicita Capacitação de Servidores.**



Visualizar Anexo:



Resp. Autuação

**MAURICIO VILELA FILHO**

Previsão

Processo Agrupador

Nr. Doc

**Memorando nº 006/2023**

Valor

**R\$ 0,00**



## CURSO

# APLICAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- Vigência e Aplicabilidade da Nova Lei de Licitações
- Portal Nacional de Contratações Públicas
- Planejamento da contratação
- Estudo Técnico Preliminar - Passo a Passo
- Pesquisa de Preços, Sobrepreço e Superfaturamento
- Artigos de Luxo
- Termo de Referência e Projeto Básico
- Gestão de Riscos e Governança das Contratações
- Procedimento Licitatório e Exequibilidade das Propostas
- Modalidades de Licitação
- Instrumentos Auxiliares
- Contratação Direta na Nova Lei de Licitações
- Contratos Administrativos
- Modalidades de Garantia, Anulação e Revogação
- Gestão e Fiscalização de Contratos - Passo a Passo
- Sanções e Penalizações

**Local: ICPÓS**

10/04/2023 - Segunda, 19h às 22h30

11/04/2023 - Terça, 19h às 22h30

12/04/2023 - Quarta, 19h às 22h30

13/04/2023 - Quinta, 19h às 22h30

- Dulce  
- Antônio Carlos  
- Juliana  
- Simone  
- Marcos  
- Eduardo.

### Professores

#### VINÍCIUS BERNARDES CARVALHO

Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás exercendo a função de Secretário de Licitação e Contratos. Especialista em Direito Civil e Processual Civil. MBA em Gestão e Políticas Públicas. Especialista em Planejamento Tributário, Auditoria e Controladoria. Graduado em Direito.

#### ANA TERESA ARAÚJO VASCONCELOS

Servidora Pública Federal, exercendo a chefia de Administração do Museu Nacional de Belas Artes. Mestre em História. Especialista em Gestão Pública. Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Cultura. Pós-Graduada em Licitações e Contratos sob o viés da Lei 14.133/2021. Pós-Graduada em Convênios e Parcerias Governamentais. Já atuou como Coordenadora de Administração, Coordenadora Geral de Planejamento e Administração Substituta e Chefe de Divisão.

Carga horária: 14 horas

AO VIVO PELO ZOOM

62.99633-5760  
www.icpos.com.br

**ICPÓS** INSTITUTO  
DE CURSOS E  
PÓS-GRADUAÇÃO

Autodidato NA FORMA DA LEI



**CURSO**

# ESOCIAL

## E LEGISLAÇÃO DE PESSOAL NA GESTÃO PÚBLICA

IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL

CADASTRO DO EMPREGADOR/ÓRGÃO PÚBLICO

ADMISSÃO DO TRABALHADOR POR MEIO DOS EVENTOS DE TABELA

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

REGISTROS DE FOLHA DE PAGAMENTO

ANÁLISE DOS LEIAUTES DO ESOCIAL

- Sistema remuneratório dos Agentes Públicos
- Direitos Sociais trabalhistas dos Agentes Públicos
- Controle Rotineiro de Recursos Humanos
- Acumulação de cargos públicos
- Prestação de Contas dos atos de pessoal

### Data do Curso

28/03/2023 – Terça, 8h às 11h30

29/03/2023 – Quarta, 8h às 11h30

30/03/2023 – Quinta, 8h às 11h30

31/03/2023 – Sexta, 8h às 11h30

- RITA  
- LAYSE

### PROFESSORES

#### ANDRÉA CALASSA DA SILVA

Auditora de Controle Externo do TCMGO ocupando o Cargo de Chefe de Divisão de Atos de Pessoal. Pós-Graduada em Planejamento Tributário. Pós-Graduada em Auditoria e Controladoria. Graduada em Direito. Graduada em Gestão Pública.

#### JÚNIOR ELIAS DE CARVALHO MARTINS

Analista de Help-Desk da PRODATA. Pós-Graduado em Gestão Pública. Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior. Pós-Graduado em Tutoria em Ensino. Graduação em Sistemas de Informação.

Carga horária: 14 horas

**AO VIVO PELO ZOOM**

62.99633-5760  
[www.icpos.com.br](http://www.icpos.com.br)

**ICPÓS** INSTITUTO  
DE CURSOS E  
PÓS-GRADUAÇÃO



Ao Senhor

ABIMAE L SOUZA SILVA

Presidente da Câmara de Vereadores de Jataí - GO

Senhor Presidente,

Vimos por meio desta, apresentar a Vossa Excelência e aos servidores dessa câmara, proposta comercial para realização dos cursos de aperfeiçoamento **ESOCIAL E LEGISLAÇÃO DE PESSOAL NA GESTÃO PÚBLICA E APLICAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**.

O ICPÓS Instituto de Cursos e Pós-Graduação, é uma Instituição de Cursos de aperfeiçoamento e de Pós-Graduação composta por cursos de excelência que atendem às exigências do mercado, fundamentados na valorização do ser humano, a fim de torná-lo fonte de riqueza e transformação.

O diferencial competitivo do Instituto é evidenciado pelos surpreendentes e duradouros resultados conquistados pelos programas de especialização. Cursos que, na maioria, são inéditos e contam com projetos pedagógicos arrojados, ministrados por um corpo docente altamente qualificado em preparar o aluno com bases sólidas, transformando-o em um profissional de alta performance.

A história do ICPÓS é pautada no sucesso e no êxito em especializar profissionais, sua implantação teve início no ano de 2019, em Goiânia, para atender às demandas de cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e capacitação profissional. Atualmente o ICPÓS Instituto de Cursos e Pós-Graduação está sediado na cidade de Cocalzinho de Goiás/GO, prestando serviços num segmento de mercado altamente competitivo, que exige modernizações e inovações constantes.

Inspirados no sucesso e nas conquistas dos nossos alunos, acreditamos que podemos ir muito além!

Nossa Missão: "Promover o desenvolvimento integral do ser humano, contribuindo para sua evolução pessoal e ascensão profissional."

Nossa Visão: "Seremos reconhecidos como uma das melhores instituições de pós-graduação no Brasil em geração de valores para nossos alunos, professores, colaboradores, fornecedores e investidores."

Nossos Valores: "Excelência, Inovação, Transparência e Conduta Ética"

CURSO AO VIVO PELO ZOOM

# **ESOCIAL E LEGISLAÇÃO DE PESSOAL NA GESTÃO PÚBLICA**

## **APRESENTAÇÃO**

O curso de aperfeiçoamento Esocial e Legislação de Pessoal na Gestão Pública têm como objetivo qualificar os participantes para atuarem na administração pública em especial nos assuntos da área de pessoal, acerca das alterações promovidas nas áreas trabalhista e previdenciária em virtude da entrada em vigor do Esocial, abordando, de forma prática o conteúdo do manual de orientação, bem como a documentação técnica do Esocial.

Com o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhista (Esocial), por meio do qual os empregadores passarão a comunicar ao Governo, de forma unificada, as informações relativas aos trabalhadores, com vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS.

Esta transmissão eletrônica de dados visa simplificar a prestação das informações referentes às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, de forma a minimizar a burocracias para as empresas.

Portanto, este curso visa capacitar os servidores públicos para adequação dos procedimentos internos à nova normativa do Esocial.

## **PÚBLICO ALVO**

Servidores da administração pública, que atuam nas áreas de Pessoal, controle interno, jurídica, contabilidade, financeira, planejamento ou em atividades ligadas à mesma.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL
- CADASTRO DO EMPREGADOR/ÓRGÃO PÚBLICO
- ADMISSÃO DO TRABALHADOR POR MEIO DOS EVENTOS DE TABELA
- REGISTROS DE FOLHA DE PAGAMENTO
- SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR



- ANÁLISE DOS LEIAUTES DO ESOCIAL
- SISTEMA REMUNERATÓRIO DOS AGENTES PÚBLICOS
- DIREITOS SOCIAIS TRABALHISTAS DOS AGENTES PÚBLICOS
- CONTROLE ROTINEIRO DE RECURSOS HUMANOS
- ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS
- PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ATOS DE PESSOAL

### **PROFESSORES**

#### **ANDRÉA CALASSA DA SILVA**

Auditora de Controle Externo do TCMGO ocupando o Cargo de Chefe de Divisão de Atos de Pessoal. Pós-Graduada em Planejamento Tributário. Pós-Graduada em Auditoria e Controladoria. Graduada em Direito. Graduada em Gestão Pública.

#### **JÚNIOR ELIAS DE CARVALHO MARTINS**

Analista de Help-Desk da PRODATA. Pós-Graduado em Gestão Pública. Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior. Pós-Graduado em Tutoria em Ensino. Graduado em Sistemas de Informação.

### **DATA DO CURSO**

28/03/2023, Terça, 8h às 11h30

29/03/2023, Quarta, 8h às 11h30

30/03/2023, Quinta, 8h às 11h30

31/03/2023, Sexta, 8h às 11h30

### **CARGA HORÁRIA**

14 horas

### **VALOR DO CURSO**

R\$ 1.800,00

### **QUANTIDADE DE VAGAS**

02

### **LOCAL DO CURSO**

As aulas do curso serão realizadas remotas, ao vivo pelo ZOOM

# **APLICAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

## **APRESENTAÇÃO**

O curso de aperfeiçoamento Aplicação e Regulamentação da Nova Lei de Licitações e Contratos tem como objetivo qualificar os servidores públicos sobre as alterações da Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133/2021, os principais pontos que a Nova Lei 14.133/2021 trouxe sobre o Pregão e SRP com visão integrada do processo de compras e contratações públicas desde o planejamento até a fiscalização contratual, fornecendo os principais tópicos das licitações e contratos, permitindo uma visão sistêmica do processo de contratação.

Após anos em discussão e quase três décadas desde a promulgação da Lei nº 8.666/93 enfim, aprovado pelo Senado no dia 10 de dezembro de 2020. A matéria, sancionada pelo presidente no dia 1º de abril de 2021 e publicada oficialmente como Lei nº 14.133/2021, estabelece um novo marco nas aquisições e contratações de milhares de órgãos e entidades da Administração Pública, bem como, propicia mudanças substanciais no cotidiano dos agentes públicos, especialmente aqueles ligados as áreas de Licitações e Contratos Administrativos.

A Nova Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/2021, dentre as diversas inovações apresentadas, visa, de modo sistêmico, assegurar a eficácia e eficiência nas Contratações Públicas, com foco no planejamento, na condução processual, na mitigação de riscos e na transparência. Neste sentido, conhecer a legislação, entender as normas e assimilar os aspectos práticos faz, deste treinamento, um importante aliado da Administração Pública na correta capacitação, atualização e aperfeiçoamento dos agentes públicos.

## **PÚBLICO ALVO**

Servidores da administração pública, que atuam nas áreas de compras, licitação, pregoeiros, jurídica, contabilidade, financeira, planejamento, controle interno ou em atividades ligadas.

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

- Vigência e Aplicabilidade da Nova Lei de Licitações
- Portal Nacional de Contratações Públicas
- Planejamento da contratação, conforme a Lei nº 14.133/2021
- Estudo Técnico Preliminar – Passo a Passo
- Pesquisa de Preços, Sobrepreço e Superfaturamento
- Artigos de Luxo



- Termo de Referência e Projeto Básico
- Gestão de Riscos e Governança das Contratações
- Procedimento Licitatório e Exequibilidade das Propostas
- Modalidades de Licitação - Pregão, Concorrência, Leilão, Concurso e Diálogo Competitivo
- Instrumentos Auxiliares
- Contratação Direta na Nova Lei de Licitações
- Contratos Administrativos – Vigência, Alterações e Equilíbrio Econômico-Financeiro, Modalidades de Garantia, Anulação e Revogação
- Gestão e Fiscalização de Contratos – Passo a Passo
- Sanções e Penalizações

## **PROFESSORES**

### **VINÍCIUS BERNARDES CARVALHO**

Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás exercendo a função de Secretário de Licitação e Contratos. Especialista em Direito Civil e Processual Civil. MBA em Gestão e Políticas Públicas. Especialista em Planejamento Tributário, Auditoria e Controladoria. Graduado em Direito.

### **ANA TERESA ARAÚJO VASCONCELOS**

Servidora Pública Federal, exercendo a chefia de Administração do Museu Nacional de Belas Artes. Mestre em História. Especialista em Gestão Pública. Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Cultura. Pós-Graduada em Licitações e Contratos sob o viés da Lei 14.133/2021. Pós-Graduada em Convênios e Parcerias Governamentais. Já atuou como Coordenadora de Administração, Coordenadora Geral de Planejamento e Administração Substituta e Chefe de Divisão.

## **DATA DO CURSO**

10/04/2023 – 19h às 22h30

11/04/2023 – 19h às 22h30

12/04/2023 – 19h às 22h30

13/04/2023 – 19h às 22h30

## **CARGA HORÁRIA**

14 horas

## **VALOR DO CURSO**

R\$ 4.500,00

## **QUANTIDADE DE VAGAS**

05

## **LOCAL DO CURSO**

As aulas do curso serão realizadas remotas, ao vivo pelo ZOOM

### VALOR DO INVESTIMENTO

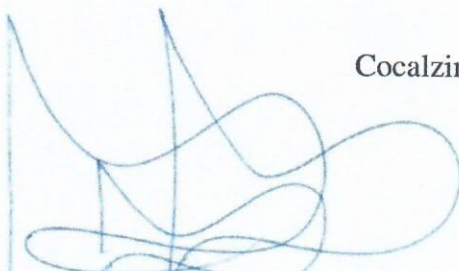
O valor proposto para a realização dos cursos de aperfeiçoamento ESOCIAL E LEGISLAÇÃO DE PESSOAL NA GESTÃO PÚBLICA, para 02 servidores e APLICAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, para 05 servidores, será de **R\$ 6.300,00** (seis mil e trezentos reais) para a Câmara de Jataí a ser **pago até o dia 31 de março de 2023.**

Neste valor estão inclusos, as despesas diretas e indiretas, tais como: instrutor, apostila do curso via PDF, impostos e certificado de participação.

### INFORMAÇÕES

As inscrições deverão ser feitas previamente com preenchimento da ficha de inscrição, e em seguida encaminhada pelo Whatsapp (62) 99633-5760 ou por e-mail: [aldairvilela@gmail.com](mailto:aldairvilela@gmail.com).

Cocalzinho de Goiás, 23 de março de 2023.



ICPÓS INSTITUTO DE CURSOS E PÓS-GRADUAÇÃO LTDA

CNPJ: 32.636.646/0001-56 / Telefone: 62. 99633-5760 / [www.icpos.com.br](http://www.icpos.com.br)





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

1

## PROCURADORIA JURÍDICA

### PARECER JURÍDICO REFERENCIAL N° 001/2019

**Ementa:** Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Serviços comuns. Dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/93 e alterações. Requisitos legais. Possibilidade, desde que observadas as recomendações constantes neste Parecer Jurídico Referencial.

### Possibilidade de adoção de Parecer Jurídico Referencial

A Procuradoria Jurídica desta Câmara Municipal de Jataí tem o dever legal de emitir parecer jurídico sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.

Todavia, admite-se a figura do Parecer Jurídico Referencial, que é aquele que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, dispensando a análise individualizada, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação referencial.

Com efeito, trata-se de uma possibilidade jurídica perfeitamente aceitável que se coaduna com o princípio da eficiência, previsto no caput do art. 37 da Constituição Federal, sobre a qual o TCU manifestou-se favoravelmente à sua adoção pela Advocacia-Geral da União, nos seguintes termos:

“9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, **não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes**, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário). Grifo inserido

Assim, a Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Jataí adota esse Parecer Jurídico Referencial, nos casos que envolvam dispensa de licitação em função do valor, prevista no art. 24, II, da Lei 8.666/93.





## Requisitos legais para Dispensa em função do valor e contratação direta.

Saliento que incumbe a esta Procuradoria analisar o processo sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

O art. 37, XXI da Constituição Federal, preceitua que *“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

Depreende-se do dispositivo constitucional supracitado que a regra no ordenamento jurídico brasileiro é a realização prévia de licitação nas contratações do Poder Público.

Todavia, essa regra foi excepcionada pela própria Lei das Licitações, permitindo a contratação direta sem a realização de certame em determinadas hipóteses legais.

Estas hipóteses, previstas na Lei 8.666/93 – Lei das licitações, são de duas espécies, e são denominadas de contratação direta; podendo ocorrer por dispensa de licitação, ou, inexistência de licitação, estabelecidas nos artigos 24 e 25, respectivamente.

O Art. 24, II, da Lei das Licitações, estabelece que:

*“Art. 24. É dispensável a licitação:*

*... omissis*

*II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

Os valores previstos no Art. 23, inciso I, alínea “a”, referido na norma supracitada, foram atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, nos seguintes termos:

*“Art. 1º. Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:*

*I - para obras e serviços de engenharia:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);*

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*





*c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*

*II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);*

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e*

*c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais)."*

Dessa forma, é dispensável a licitação para compras e serviços, que não sejam de obras e serviços de engenharia, no valor de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), devendo o departamento técnico responsável verificar o enquadramento matemático do valor da contratação pretendida ao valor referido.

Todavia, não se pode descuidar do correto procedimento para contratação direta, que deve ser iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa.

Numa interpretação sistemática, deve-se adotar nos casos de dispensa, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, o Parágrafo Único do Art. 26 da Lei das licitações, e o processo de dispensa deve ser instruído ainda com:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso,

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço,

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Com relação a justificativa do preço, convém frisar a necessidade de realização de ampla e adequada pesquisa de preços, para subsidiar a melhor contratação, ou seja, aquela que melhor atende ao interesse público.

A Administração deverá observar a necessidade de preferência para a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte, em observância à Lei Complementar nº 123/2006.

O contrato a ser firmado para contratação direta pode ser substituído pela nota de empenho, na forma do art. 62, da Lei 8.666/93.

Frise-se que a Administração deve aferir a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, da empresa selecionada para fornecimento de produtos ou prestação de serviços para a Câmara Municipal.



# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

4

## Conclusão

Por todo o exposto, uma vez atendidas as recomendações apontadas neste Parecer Jurídico Referencial, no seu aspecto jurídico, resguardados o juízo de conveniência e oportunidade do Gestor, nos limites da Lei; ressalvadas, ainda, as questões de ordem fática e técnica, ínsitas à esfera administrativa, o procedimento estará apto para a produção de seus regulares efeitos.

Sendo Referencial o presente parecer, os processos administrativos que guardarem relação inequívoca e direta com a fundamentação aqui realizada, dispensam análise individualizada, desde que o setor competente ateste, de forma expressa, que o caso concreta amolda-se aos termos desta manifestação, conforme modelo em anexo.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 28 de maio de 2019.

**Renata Silva Oliveira**  
**Procuradora Jurídica**

RENATA SILVA  
OLIVEIRA:60724919  
104

Assinado de forma digital por  
RENATA SILVA  
OLIVEIRA:60724919104  
Dados: 2019.05.28 16:22:13 -03'00'





# Câmara Municipal

PODER LEGISLATIVO  
Jataí - GO

## ANEXO

### ATESTADO DE CONFORMIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO COM O PARECER JURÍDICO REFERENCIAL Nº 001/2019.

Atesto que o Processo Administrativo nº 431/2023, que objetiva a contratação de empresa ICPÓS INSTITUTO DE CURSOS E PÓS-GRADUAÇÃO LTDA, por dispensa de licitação, com fundamento no Art. 24, II, da Lei 8.666/93, amolda-se à manifestação jurídica referencial exarada no Parecer Jurídico Referencial no 001/2019.

Jataí, 27/03/2023

  
Dulcilene L. de Oliveira Freire  
Chefe do Deptº de Compras



# Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo


## CERTIDÃO

**CERTIFICAMOS**, para os devidos fins, que existe saldo orçamentário na dotação **339039 / 48 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica / Serviço de Seleção e Treinamento** suficiente para ocorrer despesas com este tipo de serviço para a Câmara Municipal de Jataí.

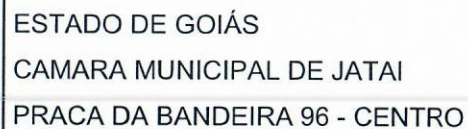
**CERTIFICAMOS** ainda que já foi feita reserva orçamentária no valor estimado de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), nesta dotação.

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente, nesta data.

JATAÍ, 27 de março de 2023.

  
Adonae Augusto Pereira  
TC CRC GO 2210/0-4





COMPARATIVO DA DESPESA COMPLETO POR DOTAÇÃO DE 27/03/2023 ATÉ 27/03/2023

CÓDIGOS	TÍTULOS	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				EMPENHADO		SALDO DOTAÇÃO	LIQUIDADO		PAGO		DESPESAS A PAGAR
		ORÇADO	PERÍODO	ACUMULADO	DOT. ATUALIZ.	PERÍODO	ACUMULADO		PERÍODO	ACUMULADO	PERÍODO	ACUMULADO	
	29 Material para Audio, Video e Foto						7.000,00			1.190,00		1.190,00	5.810,00
	39 Material para Manutencao de Veiculos						27.558,80			4.982,60		4.982,60	22.576,20
	42 Ferramentas						1.900,00			950,00		950,00	950,00
	44 Material de Sinalizacao Visual e Afins						7.563,00			2.344,00		2.344,00	5.219,00
	50 Bandeiras, Flamulas e Insignias					4.270,00	4.270,00						4.270,00
0008.3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomocao	501,76			501,76			501,76					
0009.3.3.90.34.00	Outras Despesas de Pessoal - Contratos Terceiriza	1.788,04			1.788,04			1.788,04					
0010.3.3.90.35.00	Servicos de Consultoria	433,98			433,98			433,98					
0011.3.3.90.36.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	90.000,00			90.000,00			90.000,00					
0012.3.3.90.37.00	Locacao de Mao-de-Obra	9.486,80			9.486,80			9.486,80					
0013.3.3.90.39.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	730.000,00			730.000,00	6.890,00	271.727,67	458.272,33	1.290,00	48.047,61		46.757,61	224.970,06
	05 Servicos Tecnicos Profissionais						9.350,00			7.950,00		7.950,00	1.400,00
	16 Manutencao de Conservacao de Bens Imoveis						26.273,87			20.117,87		20.117,87	6.156,00
	19 Manutencao e Conservacao de Veiculos					1.290,00	14.310,00		1.290,00	1.665,00		375,00	13.935,00
	20 Manutencao e Conservacao de Bens Moveis de Ou						2.900,00			900,00		900,00	2.000,00
	41 Fornecimento de Alimentacao						11.433,80			2.385,32		2.385,32	9.048,48
	43 Servicos de Energia Eletrica						50.000,00			7.058,98		7.058,98	42.941,02
	44 Servicos de Agua e Esgoto						20.000,00			581,24		581,24	19.418,76
	46 Servicos Domesticos						3.500,00			105,00		105,00	3.395,00
	47 Servicos de Comunicacao em Geral						15.000,00						15.000,00
	48 Servicos de Selecao e Treinamento						3.000,00			3.000,00		3.000,00	
	58 Servicos de Telecomunicacoes						14.400,00			2.581,72		2.581,72	11.818,28
	78 Limpeza e Conservacao						560,00			280,00		280,00	280,00
	79 Servico de Apoio Administrativo, Tecnico e Operaci						700,00			350,00		350,00	350,00
	81 Servicos Bancarios						8.000,00			642,48		642,48	7.357,52
	83 Servicos de Copias e Reproducao de Documentos						7.000,00			430,00		430,00	6.570,00
	88 Servicos de Publicidade e Propaganda					5.600,00	85.300,00						85.300,00
0014.3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunica-	150.000,00			150.000,00		21.760,00	128.240,00		10.219,04		10.070,04	11.689,96
	04 Locação de Software						9.995,00			9.635,00		9.635,00	360,00
	07 Serviços de Comunicação de Dados						9.750,00						9.750,00
	10 Suporte de Infraestrutura de TIC						2.015,00			584,04		435,04	1.579,96
0015.3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios Anteriores	100,00			100,00			100,00					
	SOMA - MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL	15.244.410,58			15.244.410,58	11.160,00	3.350.835,22	11.893.575,36	1.290,00	3.049.923,52	350,00	3.045.078,52	305.756,70
01.271	Previdencia Basica												
01.271.2839	ENCARGOS ESPECIAIS												

ESTADO DE GOIÁS  
PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE JATAI  
C.N.P.J.: 24.858.805/0001-39

- ESPAÇO DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO -

**CERTIFICADO DE REGULARIDADE**

Certifico para os devidos fins que a presente  
despesa foi atestada

01

- D E O F -

DOCUMENTO DE EXECUÇÃO  
ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

**CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO**

SIMONE ROVEDA DE LIMA DE MELO NºDECRETO: 0000042015

**1 - IDENTIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1.1 - CÓD.	1.2 - DOCUMENTO	1.3 - FONTE DE RECURSOS	1.4 - NÚMERO						
343685	NOTAS DE EMPENHO	Recursos Não Vinculados de Impostos / Recurso:	-1						
1.5 - DATA DE EMISSÃO	1.6 - NÚMERO DO PROCESSO	1.7 - TIPO	1.8 - FICHA	1.9 - SALDO ANTERIOR					
27/03/2023	0000989/23	ESTIMATIVO	0013.000						
1.10 - EXERC.	1.11 - ÓRGÃO	1.12 - UND.	1.13 - FUNC.	1.14 - PROG	1.15 - SUBFUN	1.16 - P/A	1.17 - NAT.DESPESA	1.18 - FONTE / DESTINAÇÃO	1.19 - VALOR
2023	01	01	01	0139	031	2.001	3.3.90.39.48	100.000	7.200,00
1.20 - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA									1.21 - SALDO ATUAL
CAMARA MUNICIPAL									
1.22 - PROJETO / ATIVIDADE									1.23 - REQUISIÇÃO
MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL									

**2 - DADOS DO BENEFICIÁRIO OU RECOLHEDOR**

2.1 - NOME	2.1 - CPF OU CNPJ	
ICPÓS INSTITUTO DE CURSOS E PÓS-GRADUAÇÃO LTDA	32.636.646/0001-56	
2.3 - ENDEREÇO	2.4 - MUNICÍPIO	2.5 - UF
RUA IGUASSU, SN, QD. 109, LOTE 015E	APARECIDA GOIANIA	GO

**3 - HISTÓRICO**

3.1 - ESPECIFICAÇÃO	
EMPENHO PARA PAGAMENTO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES ADMINISTRATIVOS DA CMJ.	
3.2 - CERTIFICADO	
4.1 - VALOR DO DOCUMENTO POR EXTENSO	4.2 - VALOR
(SETE MIL E DUZENTOS REAIS)	7.200,00

ABIMAELOUZA SILVA  
CPF: 820.941.871-87  
PRESIDENTE DA CÂMARA

  
ADONAE AUGUSTO PEREIRA  
CPF: 075.191.841-53 CRC: 2210  
CONTADOR





MUNICÍPIO DE JATAÍ - ESTADO DE GOIÁS  
CAMARA MUNICIPAL DE JATAI  
Praça da Bandeira

PÁGINA 1

## SOLICITAÇÃO DE COMPRA

**Código**   **Data**

818   27/03/2023

**Intuição**

CAMARA MUNICIPAL DE JATAI

**Natureza da Compra**

DISPENSA

**Descrição**

**Departamento**

CONTROLE INTERNO

**Finalidade**

**Processo**

431 - Solicita Capacitação de Servidores.

**Situação**

APROVADO

### Dotação Orçamentária

**Ficha**

0013.000

**Elemento**

33903900

**Especificação**

Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Jurídica

**Função**

1 - LEGISLATIVA

**Fonte**

100 - Recursos Não Vinculados de Impostos

**Subfunção**

31 - Acao Legislativa

**Ação**

MANUT.ATIV.DA CAMARA MUNICIPAL

**Programa**

PROCESSO LEGISLATIVO

### Produtos

Código	Descrição	Unidade Medida	Quantidade	Valor ref.	Total
989	CURSO DE CAPACITAÇÃO	UNIDADE	8,00	900,00	7.200,00
Valor Total da Solicitação:					7.200,00

**EMPENHADA**

### VENCEDORES

Fornecedor	Nº Item	Produto / Serviço	Un.Medida	Quantidade	Vr Unitário	Vr Total
ICPOS INSTITUTO DE CURSOS E PÓS-GRADUAÇÃO LTDA	1	CURSO DE CAPACITAÇÃO	UNIDADE	8,00	900,00	R\$ 7.200,00

**Valor Total:**   R\$ 7.200,00